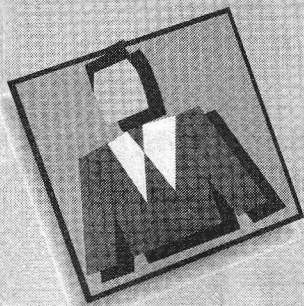


ENTENDA O PACOTE

O Correio Braziliense publica nesta página a relação dos concursos públicos federais previstos para 1998

Fax
342-1155
www.correioweb.com.br

Sandro Silveira
Da equipe do Correio



SERVIDORES

1 Os servidores demitidos poderão contestar a demissão?

Sim. Os servidores poderão contestar a demissão no Mare em um prazo de 15 dias, contados a partir do dia da exoneração, que será publicada no Diário Oficial da União. Terminado esse período, o Mare publicará nova lista e os servidores serão automaticamente dispensados. Pode também ser feito questionamento junto à Justiça comum.

2 Quem for demitido receberá alguma coisa?

Cada demitido receberá um salário por ano trabalhado.

3 Quando começa a vigorar o corte das horas extras?

O corte do pagamento das horas extras para funcionários que recebem comissão nos poderes Legislativo e Judiciário começou a vigorar no dia 12. No Executivo, essa medida já estava em vigor.

4 Os servidores não-estáveis que têm DAS podem ser demitidos?

Podem. A DAS (gratificação por direção de assessoramento superior) não impede demissões.

5 Servidor não-estável com nível superior pode ser demitido?

Sim. O grau de escolaridade não é uma barreira para as demissões.

6 Quem entrou no Ministério da Fazenda em agosto de 1982, sem prestar concurso, está sujeito à demissão?

Não. Qualquer servidor que entrou no serviço público até 5 de outubro de 1983, mesmo que sem prestar concurso, é estável.

7 As pessoas que têm direito a nomeação por concurso público e estão em processo de admissão terão suas contratações inviabilizadas?

Não. O governo vai nomear todas essas concursados nos próximos meses, à medida em que completarem o período de treinamento com êxito.

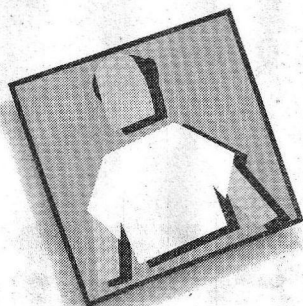
8 A demissão dos servidores leva em conta conseqüências regionais?

As regras não podem dizer que um servidor de São Paulo será demitido e outro do Distrito Federal não será. Entretanto, antes de defini-las, o governo está considerando alguns impactos regionais. A secretária-executiva do Mare, Cláudia Costin, por exemplo, já disse que no ex-território de

Roraima, 80% da População Economicamente Ativa (PEA) é formada por servidores públicos federais. Desse total, 80% são estáveis. Se todos fossem demitidos, a economia do estado pararia.

9 O que são funções de suporte administrativo?

Na prática, o governo chama esses cargos de burocráticos e que não implicam atendimento ao público. São cargos ocupados por pessoas que trabalham nos ministérios atendendo os coordenadores de área, diretores, secretários e ministros em funções burocráticas, que não tomam decisões nem preparam estudos para que elas sejam tomadas. É claro que nem todos serão demitidos. Serão 33 mil de um total de 55 mil, pois alguém terá que garantir o suporte administrativo. Os agentes administrativos, por exemplo, são alvos da demissão. Segundo estimativas do Mare há excesso desse tipo de funcionário. Porém, a regra tem exceção. Os agentes administrativos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que trabalham no atendimento ao público não serão demitidos.



APOSENTADOS

1 Sou aposentado proporcional da iniciativa privada, onde continuo trabalhando no mesmo emprego. Tenho que pedir demissão? E o funcionário público com 26 anos de trabalho, que já tem aposentadoria pronta, só faltando publicá-la, perderá alguma coisa com o pacote?

Para ambas as perguntas a resposta é não. A medida do governo sobre a aposentadoria proporcional já está em vigor, mas não tem efeito retroativo. Além disso, os servidores públicos não são afetados por essa decisão.

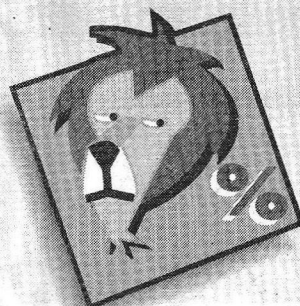
2 O governo suspendeu temporariamente a aposentadoria proporcional?

Não. O pacote tem uma nova regra referente a esse pedido de aposentadoria, que não a suspende e só vale para a iniciativa privada. O trabalhador de empresas privadas só poderá pedir aposentadoria proporcional por meio de um pedido de demissão aceito pela empresa onde está empregado. Ele só poderá continuar trabalhando depois de assinar novo contrato de trabalho. Hoje, muitos trabalhadores pedem a aposentadoria proporcional cinco anos antes de completar o período integral e continuam trabalhando na empresa. É uma forma de faturar mais dinheiro. O governo acredita

que com a necessidade de apresentar o pedido de demissão, os trabalhadores não serão incentivados a se aposentarem. Assim, a Previdência só gastaria verbas com seus benefícios cinco anos depois. Essa medida deve gerar economia de R\$ 100 milhões em 1998.

3 O trabalhador da iniciativa privada que já deu entrada no pedido da aposentadoria proporcional será atingido?

Quem deu entrada antes do dia 12, data de publicação da medida no Diário Oficial da União, não está sujeito às novas regras.



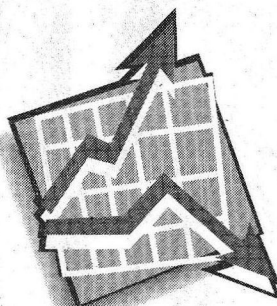
IMPOSTO DE RENDA

1 Pago R\$ 352,00 de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Quanto passarei a pagar em 1998?

O desconto será 10% maior já no contracheque de janeiro de 1998 e chegará a um total de R\$ 387,20. O contracheque de janeiro é entregue no final desse mês ou no início de fevereiro. Para qualquer pessoa saber quanto pagará, basta multiplicar o valor pago hoje por 1,1. Leia a seguir alguns exemplos:

DESCONTO

HOJE	1998
100	110
150	165
200	220
250	275
300	330
350	385
400	440



CONJUNTURA

1 É verdade que o governo vai tomar dinheiro das cadernetas de poupança?

Não. O governo "pegará" R\$ 700 milhões de contas bancárias fantasmas, que na prática não têm dono, pois estão sem qualquer movimento há muitos anos. O dinheiro será usado na reforma agrária e aplicado no

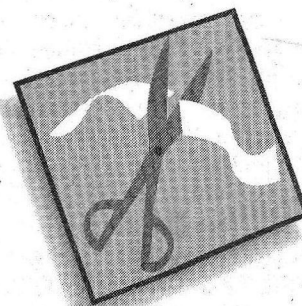
desenvolvimento da competitividade das pequenas empresas.

2 O que é capital especulativo?

No contexto da crise que acabou atingindo o Brasil estão sendo considerados especulativos o capital que está sempre pronto para ir rapidamente aonde estiver a melhor aplicação financeira (é o chamado "dinheiro esperto") e até aquele que não existe, o do investidor (apostador) em bolsas, que tem US\$ 1 mas aposta como se tivesse US\$ 10.

3 Existem normas que regulam o capital especulativo?

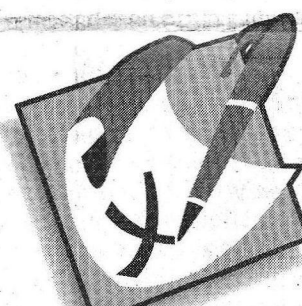
Na prática não, pois essas normas teriam que ser internacionais. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, defendeu o debate e o estabelecimento dessas normas em reunião mundial do Fundo Monetário Internacional (FMI). Mas os representantes do Grupo dos 7 (Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, França, Canadá, Itália e Japão) entendem que não deve existir norma alguma.



CORTES

1 A extinção de 70 mil cargos efetivos civis vagos no Executivo federal vai gerar alguma economia?

Na prática não. O governo vai evitar a tentação de preenchê-los, o que poderia gerar gastos.



CONCURSOS PÚBLICOS

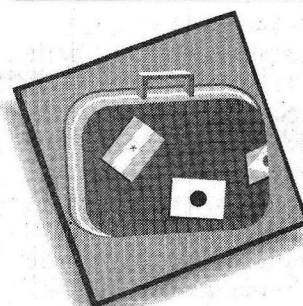
1 O Correio Braziliense publicou esta semana uma relação dos concursos públicos previstos para 1998. Qual é essa relação? Com o pacote ela vai ser cumprida?

A posição oficial do governo é de que ela não será cumprida. Nenhuma vaga federal foi cortada nesses casos, porque os concursos, com as respectivas contratações, estão de acordo com a meta do governo de preencher apenas uma a cada três vagas abertas na administração pública federal pela aposentadoria, morte ou pedido de demissão de funcionários em 1998.

A informação é da secretária-executiva do Ministério da Administração, Cláudia Costin. Os concursos já anunciados estão em áreas consideradas estratégicas pelo governo, como arrecadação de impostos, gestão e controle dos gastos públicos. Leia a seguir a relação atualizada dos concursos previstos para 1998, com o respectivo número de vagas.

PREVISÃO

CARGO	VAGAS
Especialista em Política Pública e Gestão Governamental	60
Analista de Orçamento	30
Técnico de Planejamento e Pesquisa	10
Analista de Finanças e Controle	100
Técnico de Finanças e Controle	130
Técnico do Tesouro Nacional	400
Analista do Banco Central	300
Delegado de Polícia Federal	70
Perito Criminal Federal	30
Escrivão de Polícia Federal	60
Agente de Polícia Federal	400
Fiscal de Contribuições Previdenciárias	200
Fiscal do Trabalho	100
Engenheiro	20
Supervisor Médico Pericial	150
Analista de Comércio Exterior	100
Fiscal de Defesa Agropecuária	100
Diplomata	26
Patrulheiro Rodoviário Federal	400



VIAGENS

1 Qual será a punição para quem declarar falsamente que entrou no país com US\$ 500 em compras feitas no exterior?

Essa pessoa terá que pagar 50% de multa sobre o valor total das mercadorias compradas mais os devidos impostos de importação.

2 A multa sobre a declaração falsa não incide apenas sobre o valor que exceder a US\$ 500?

Reforçando a resposta anterior, não. De acordo com o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, a multa é mesmo sobre o valor total das compras.

SERVIÇO

PLEBISCITO ON LINE

Você aprova o pacote de medidas do governo federal?

O Correio Web quer saber o que você acha do pacote emergencial do governo Fernando Henrique Cardoso. Para dar seu voto, basta acessar o endereço do Correio Braziliense na Internet (www.correioweb.com.br) e escolher uma das opções do plebiscito.

OPÇÕES	VOTOS	PERCENTUAL
SIM	83	14,0
NÃO	505	85,0
INDECISOS	6	1,0
TOTAL	594	100

TIRA-DÚVIDAS